



SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita informações ao Tribunal de Contas da União sobre a gestão financeira e orçamentária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), diante do prejuízo de R\$ 4,4 bilhões registrado no primeiro semestre de 2025.

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações relativas à gestão financeira e orçamentária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), diante do prejuízo de R\$ 4,4 bilhões registrado no primeiro semestre de 2025.

Diante da gravidade do ocorrido e dos possíveis riscos sistêmicos ao sistema financeiro nacional, solicita-se que o TCU informe:

- *As causas e responsabilidades pelo prejuízo de R\$ 4,4 bilhões registrado no primeiro semestre de 2025, valor superior ao prejuízo acumulado em todo o ano de 2024 (R\$ 2,6 bilhões);*





- *A evolução das despesas administrativas e financeiras, cujos aumentos foram alarmantes — de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 3,4 bilhões em despesas administrativas e de R\$ 3 milhões para R\$ 673 milhões em despesas financeiras em apenas um ano;*
- *A regularidade da gestão orçamentária e patrimonial da empresa, incluindo a expansão das despesas com precatórios, que cresceram 512% no período;*
- *A eventual existência de falhas de governança, omissões gerenciais, má alocação de recursos, gestão temerária e ausência de mecanismos de contenção de gastos;*
- *A compatibilidade das medidas de investimentos e reestruturação anunciadas pela direção da empresa com os princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal;*

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente noticiado¹, a ECT, empresa pública estratégica vinculada ao Ministério das Comunicações, registrou prejuízo de R\$ 4,4 bilhões apenas no primeiro semestre de 2025, número que representa quase o dobro do prejuízo total de 2024, e quase sete vezes o prejuízo registrado em 2023, quando ainda operava com certo equilíbrio fiscal.

Segundo os balanços publicados pela própria estatal, esse resultado decorre de uma combinação de fatores como queda na receita com encomendas internacionais, perda de mercado para concorrentes privados, e aumentos extraordinários nas despesas

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-governo/prejuizo-dos-correios-no-1o-semester-de-2025-supera-2024-inteiro/>





administrativas e financeiras. A ausência de investimentos anteriores, somada a decisões recentes da gestão que resultaram na expansão de gastos mesmo diante de retração de receitas, agrava o quadro.

A demissão do presidente da estatal em julho de 2025, após o resultado negativo do primeiro trimestre, reforça os indícios de falhas na governança e de problemas estruturais na condução da empresa.

Com efeito, o colapso financeiro dos Correios, com prejuízo de R\$ 4,4 bilhões apenas no primeiro semestre de 2025, é retrato preocupante da má gestão e do abandono estratégico de estatal fundamental para a integração nacional. A empresa, que durante os governos anteriores conseguiu recuperar sua saúde financeira e até registrar lucros, mergulhou em déficits crescentes desde o início da atual gestão. A justificativa da direção — atribuindo a crise à concorrência do setor privado e à falta de investimentos anteriores — é tentativa de mascarar o descontrole interno, o inchaço administrativo e a falta de capacidade para implementar soluções modernas e eficientes. O aumento exponencial das despesas administrativas, financeiras e com precatórios revela mais que um problema contábil: trata-se de modelo de gestão falido, que ignora a responsabilidade fiscal e os princípios da boa administração pública.

É inaceitável que, diante de um cenário de rombo bilionário, a resposta da estatal seja recorrer a empréstimos internacionais, como o pleito junto ao Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, aumentando o endividamento sem qualquer garantia de reestruturação efetiva. A renúncia do presidente da empresa em julho, logo após a divulgação do prejuízo do primeiro trimestre, apenas reforça a sensação de que a condução da estatal foi marcada pela irresponsabilidade e pela politização de cargos estratégicos. A população brasileira, especialmente nas regiões mais afastadas onde os Correios ainda são o único elo com o restante do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

país, não pode pagar a conta da incompetência. É urgente intervenção dos órgãos de controle para investigar as decisões que levaram a esse desastre financeiro e evitar que o rombo se transforme em mais uma conta a ser paga com dinheiro público.

Destarte, diante da relevância social e econômica da ECT — que possui mais de 10.350 unidades de atendimento, garante a universalização dos serviços postais e atua em todos os municípios brasileiros —, é imprescindível a atuação imediata do TCU no sentido de realizar auditoria ampla, emitir recomendações corretivas e avaliar a legalidade da gestão dos recursos públicos envolvidos.

Sala da Sessão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

Apresentação: 12/09/2025 16:30:04.637 - CFEC

REQ n.373/2025

